

# **Das Viagens dos Cientistas no Século XIX aos Modernistas: a *Mineiridade* e o Despertar do Turismo das *Cidades Históricas* de Minas Gerais, Brasil**

## **From Scientists Trips in 19th Century to the Modernists: *Mineiridade* and Awakening of Tourist Interest in Historical Cities of Minas Gerais, Brazil**

MARIA DO CARMO PIRES<sup>1</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v9i3p405>

### **RESUMO**

O texto tem como objetivo discutir o processo de construção da *cidade histórica* como principal destino do turismo cultural em Minas Gerais, por meio da análise dos relatos dos viajantes estrangeiros que visitaram tais localidades ao longo do século XIX e escreveram sobre elementos caros para o turismo como, por exemplo, a hospitalidade mineira. Num segundo momento, analisará o discurso dos modernistas que redescobriram as cidades e se interessaram pela preservação do patrimônio, o que também despertou o interesse turístico. Trata-se de uma abordagem histórica do processo, utilizando principalmente a narrativa proposta por Walter Benjamin. O discurso em torno da *cidade histórica* mineira produziu diferentes impressões. As assim denominadas foram consideradas decadentes e feias por alguns dos viajantes estrangeiros, no século XIX. Já os vários modernistas que visitaram Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX viram as cidades como o reduto da nacionalidade, como legítimas exemplares da brasilidade e legítimas representantes de um passado colonial.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Turismo. Viajantes. Modernistas. Mineiridade. Cidade Histórica. Minas Gerais, Brasil.

---

<sup>1</sup> **Maria do Carmo Pires** – Doutora em História. Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.  
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5506409841588052>. E-mail: [maricipires@hotmail.com](mailto:maricipires@hotmail.com)



## ABSTRACT

This article is a reflection on Minas Gerais historical cities nowadays an important cultural tourism destination. It analyses foreign travelers reports that visited these locations throughout the nineteenth century and wrote about elements important to tourism, for example, local hospitality. Secondly it analyzes modernist's speech that rediscovered the cities as historical, becoming interest in local heritage preservation. It is a historical approach to the process, using mainly the narrative proposed by Walter Benjamin. Discourses about Minas Gerais historic towns produced different impressions. They were considered decadent and ugly by some of the foreign travelers in nineteenth century. But, many modernists who visited Minas Gerais in the first decades of the twentieth century saw the same cities as a bulwark of nationality and legitimate them as representatives of Brazilian colonial past.

## KEYWORDS

Tourism. Travelers. Modernists. *Mineiridade* [being as the Minas Gerais inhabitants profile]. Historical City. Minas Gerais, Brazil.

## INTRODUÇÃO

A motivação da viagem se baseia em aspectos sociológicos ou psicológicos de normas, atitudes, cultura e percepção adquiridas pelos turistas que planejam usufruir e fruir o seu tempo livre (Cooper, Fletcher & Wanhill, 2001). A fruição pode ser feita de maneira mercadológica, por meio do consumo dos roteiros criados pelas agências e visitas rápidas, ou através da ociosidade e contemplação, como na experiência da *flanerie*. O *flâneur* é aquele que se desloca pelas ruas da cidade, motivado pela possibilidade de experimentar a descoberta de alguma dimensão de realidade desconhecida, distante no tempo ou no espaço. “A rua conduz o flanador a um tempo desconhecido” e ele não se “nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar; com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos, como de algo experimentado e vivido” (Benjamin, 1987, p.185-186). Para Gonçalves (2007), “o museu pode ser um dos locais dessa experiência” (p.68) e, podemos acrescentar, também as cidades coloniais mineiras, conhecidas como *idades históricas*, transformadas em circuitos turísticos. O turista, ao fruir de um atrativo cultural por meio dos agentes locais, também pode se integrar mais com a comunidade e seus elementos históricos. Nessa perspectiva:

O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica. Não serão apenas consumidores passivos da cultura, mas poderão interagir com as diversas manifestações culturais (Funari & Pinsky, 2003, p.11)

A atividade turística tem na sua essência a informação interpretativa que lhe é imprescindível. Também é de extrema importância a historicidade das interpretações, que deve ser geradora de questionamentos, de interrogações e de reflexões. Para Meneses (2004), a percepção das permanências culturais, “pode possuir perspectivas turísticas evidentes, uma vez que antigas práticas culturais são frequentemente motivação para planejamentos turísticos e para viagens de turistas” (p.99). Desta forma, o conhecimento da história e a preservação do patrimônio oferecem importantes contribuições para a perspectiva do turismo cultural. Assim, patrimônio

é uma categoria de pensamento de “grande relevância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (Gonçalves, 2003, p.26).

Nora (1993), ao discutir o conceito de memória coletiva, chamou a atenção para os *lugares de memória*, que são resquícios do passado devidamente eleitos no presente. Isso ocorre devido à ausência de memória efetiva, modificada por causa das transformações da Modernidade, que dissolveram as relações tradicionais. Dessa forma, *lugares de memória* são compreendidos como um conjunto de práticas, de símbolos, de espaços físicos e de registros documentais que remetem ao passado, mas que foram escolhidos respondendo aos interesses e conflitos do presente. “Da escolha constante entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, e da pressão dos grupos definidores do embate é que emerge o patrimônio histórico” (Barbosa *et al.*, 2008, p.170) Preservar o patrimônio histórico, nesse sentido, é eleger uma parte específica do passado como a síntese da história da comunidade. Esse processo ocorreu com as cidades coloniais de Minas Gerais, denominadas *históricas*, principalmente com Ouro Preto, eleita por artistas, políticos e intelectuais nas primeiras décadas do século XX, como representante genuína do passado do Brasil.

Uma vez que a atividade turística proporciona um deslocamento para uma localidade diferente daquela do cotidiano e promove conhecimento, novas experiências e o principal atrativo e o motivo da viagem são aspectos da cultura humana, é certa a afirmação de Funari e Pinsky (2003) ao considerar que “todo turismo é cultural” (p.7). Porém, o turismo além de proporcionar o desenvolvimento das localidades que dele usufruem, pode proporcionar abalos socioculturais quando não planejado adequadamente.

O turismo tem sido, por um lado, estimulador de atividades econômicas e de desenvolvimento. Por outro, no entanto, tem seguido percursos similares aos de qualquer forma ou setor de desenvolvimento econômico ou tecnológico: tem deixado à margem parcelas significativas da sociedade e, assim, não tem contribuído com a melhoria da qualidade de vida das populações (Meneses, 2004, p.49).

A cultura pode ser definida como o modo pelo qual os indivíduos criam símbolos, valores, práticas e comportamento; o turismo a transforma em produto, fazendo dela, muitas vezes, um espetáculo de entretenimento. Por outro lado, o turismo pode ser uma alternativa para os núcleos urbanos preservados que, muitas vezes, necessitam do interesse gerado pelo patrimônio e pela cultura local. A formatação de um produto bem planejado, que destaque as singularidades locais, é uma forma de gerar desenvolvimento e preservar os valores culturais.

As *cidades históricas* mineiras passam por grandes desafios e um dos principais é o de estabelecer os limites entre a manutenção do passado e a necessidade de crescimento urbano imposta pela realidade de sua população. De acordo com Meneses (2004), “o uso da prática regionalista pelo turismo através da valorização, da preservação e da identificação da cultura local é uma das formas com que se pode pensar um planejamento de uma atividade e torná-la algo mais do que apenas um produto de interesse mercadológico” (p.100). Entretanto, interpretar o patrimônio das culturas regionais e torná-lo como potencialmente atrativo aos visitantes, é uma tarefa complexa e deve envolver um plano de ação interpretativa junto com a comunidade em relação dialógica com seu passado, seu presente e suas metas para o futuro. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que o papel do turismo pode ser fundamental, uma

vez que o interesse gerado pelo setor pode possibilitar a criação de programas de preservação do patrimônio cultural, tangível e intangível.

## **VIAGENS E VIAJANTES PELOS CAMINHOS DAS MINAS: OS PRINCÍPIOS DA *MINEIRIDADE***

O território das Minas Gerais teve uma ocupação abrupta no final do século XVII e início do século XVIII e sua sociedade foi sendo gestada de forma diferenciada do restante do território da colônia portuguesa nas Américas. Foi uma formação urbana desde o princípio, o que propiciou uma vivência coletiva mais intensa e também a solidificação de uma sociedade de aparências, além de uma religiosidade exacerbada e barroca. O rei de Portugal proibiu a instalação das ordens religiosas na região e essa medida fez com que a população se reunisse em torno de irmandades leigas ou ordens terceiras, formadas também por leigos devotos, o que proporcionou expressões culturais ainda fortemente preservadas pelos mineiros: suas igrejas, seus rituais e suas festas religiosas.

Durante todo o século XVIII houve uma tentativa de controlar a circulação de pessoas na região das Minas por meio de registros de passagens e mercadorias. Mesmo a entrada e saída de estrangeiros de todo o território da colônia também deviam ter autorização dos Conselhos reais. Já no século XIX, com a vinda de Dom João VI e sua comitiva para o Brasil, instalando em solo americano a sede do reinado, houve a abertura dos portos e vários cientistas desembarcaram nas terras brasileiras com objetivos de pesquisar as diferentes regiões. Muitos naturalistas e mineralogistas estiveram em Minas Gerais e deixaram as suas impressões. O discurso em torno das cidades mineiras produziu impressões diferenciadas. Alguns desses viajantes as consideraram feias e decadentes, como Saint-Hilaire (1938), Burton (1976) e o Conde de Suzanet (1957). Apesar disso, deixaram ricos relatos sobre vários aspectos da sociedade. Burton (1976) fez a seguinte consideração a respeito da religiosidade mineira, um dos principais atrativos culturais da atualidade:

O mineiro, como o paulista, é um homem religioso, mas um católico displicente. O catolicismo está aqui muito afastado de seu centro legítimo, e sofreu algumas mudanças notáveis. Ao mesmo tempo, o mineiro tem, como o paulista, certo horror de todo aquele que não é católico. É mais supersticioso que fanático, mas todos nós sabemos como um pode transformar-se facilmente no outro (p.333).

É muito comum a associação da figura do mineiro à hospitalidade e à sua cozinha. Os viajantes estrangeiros que estiveram na região ao longo do século XIX, tiveram grande responsabilidade na divulgação da hospitalidade mineira e alguns deles associaram-na ao hábito de servir grande quantidade de alimento às refeições (Magalhães & Pires, 2008). Com o declínio da atividade mineradora nos fins do século XVIII, houve a transição da sociedade urbana mineira para a rural, o que contribuiu para os primórdios do mito da mineiridade e para a solidificação do sentimento regional. Assim, no século XIX, a fazenda passou a ser o núcleo vital e definidor da economia mineira e muitas dessas propriedades eram autossuficientes, consumindo o que plantavam e produziam (Arruda, 1990). O naturalista suíço Tschudi e o engenheiro alemão Halfeld descrevem:

O mineiro se distingue favoravelmente dos demais brasileiros por uma maior atividade e diligência. Como morador de uma terra interior de clima mais temperado, e com um solo em geral menos generoso do que o das províncias vizinhas, ele se encontra na contingência, e na necessidade, de trabalhar com mais vigor. A propriedade rural é, em toda a província de Minas Gerais, muito menos dominada por grandes complexos familiares do que no resto do império, resultando daí a possibilidade de um maior número de habitantes poder usufruir dos frutos do seu esforço em sua própria terra. Este é também o principal motivo pelo qual a província de Minas Gerais é muito mais povoada do que qualquer outra do vasto império. As jazidas de ouro e de diamantes, como já vimos, atraíram uma quantidade de pessoas relativamente grande para seu interior e, como o transporte de alimentos de fora era difícil, formou-se, ao lado da população mineradora, e simultaneamente a ela, uma população de agricultores (Halfeld & Tschudi, 1998, p.107).

A fartura de víveres possibilitava a hospitalidade e por vezes até o esbanjamento. A função simbólica da alimentação, muitas vezes, ultrapassa o valor nutritivo dos alimentos. Em algumas sociedades, “a maior desonra – mais temida que a fome – é ter as despensas vazias e não poder oferecer nada aos hóspedes” (Valeri, 1987, p.198). A presença de pomares com grandes quantidades e espécies de frutos e hortaliças, além do consumo de carne de porco e de galinha, propiciou a invenção de uma tradição: a *comida mineira*, representada pelo ‘feijão, angu e couve’, como estudou Frieiro (1982) e basicamente composta de diferentes receitas de feijão, arroz, pratos a base de milho, muitas variedades de hortaliças, tudo acompanhado de carne de porco ou de aves do quintal, além de variadas compotas de frutas para a sobremesa. Luccock (1975) ficou impressionado com a fartura de um jantar na casa de um fidalgo em São João del Rei: “a parte que maior impressão causou em meu espírito foi a sobremesa, na qual serviram-se vinte e nove variedades diversas de frutas nacionais, feitas em compota, cultivadas e fabricadas nas vizinhanças do lugar” (p.305). Também Saint-Hilaire (1938) deixou o seguinte relato sobre o tutu de feijão, o frango com quiabo, a farinha de milho e a carne de porco, comidas consideradas *típicas*:

Galinha e porco são as carnes que se servem mais comumente em casa dos fazendeiros da Província de Minas Gerais. O feijão preto é indispensável na mesa do rico, e esse legume consiste quase na única iguaria do pobre. Se a esse prato grosseiro ainda se acrescenta alguma coisa, é arroz, ou couve, ou outras ervas picadas, e a planta geralmente preferida é a nossa serralha [...] como não se conhece o fabrico da manteiga, é substituída pela gordura que escorre do toucinho que se frita. O pão é objeto de luxo; usa-se em seu lugar a farinha de milho [...]. Um dos pratos favoritos do mineiro é a galinha cozida com os frutos do quiabo [...] mas os quiabos não se comem com prazer senão acompanhados de angu (p.187)

Burton (1976) também fez referência ao molho, à carne de porco e ao tutu de feijão. Apesar de elogiar o arroz ‘cozido sensatamente’ e melhor que o europeu, fez questão de ressaltar o caráter indigesto da comida:

O Brasil, como a Inglaterra, é uma terra de um só molho, pimentas vermelhas e amarelas, colhidas no quintal e esmagadas com caldo de limão. A feijoada, conhecida na região como tutu de feijão, é o pão de cada dia de muitos lugares onde o pão de trigo não é procurado e o pão de milho é desconhecido. Ouvi um irlandês chama-lo de ‘cataplasma de feijão’, e essa denominação cabe, sem dúvida alguma. É uma mistura de farinha com feijão, temperada com toucinho – o óleo é a manteiga de cozinhar do país. O tecido adiposo do porco, depois de serem retirados os ossos, as entranhas e a carne, ligeiramente salgado, fica higienicamente adaptado ao feijão, combinando carbono com nitrogênio; infelizmente, ele faz parte de quase todos os pratos, e não faz bem à digestão do ‘jovem Brasil’ (p.101).

A esta comida mineira inicial foram sendo acrescentados outros ingredientes à base de leite, como o queijo e a manteiga, por exemplo. O inglês Mawe (1978) elogiou a produção de “excelente manteiga e queijo” (p.101) da fazenda Santo Antônio, mas criticou os queijos consumidos em Ouro Preto por serem “rançosos” (p.135). A hospitalidade mineira consiste também em acolher os visitantes com cortesia, com boa conversa, além de “empanturrá-los de comida” (Magalhães & Pires, 2008, p.188). Segundo Halfeld e Tschudi (1998), o “mineiro também se distingue de seus compatriotas por um caráter mais aberto e confiável; e sua hospitalidade é proverbial” (p.107). Ao chegar em Vila Rica, Mawe (1978) destacou a boa estadia que encontrou:

Os últimos dias de minha estada, antes da viagem ao Tijuco, passaram-se muito agradavelmente. Nos jantares, para os quais fui convidado, em que compareciam, em geral, senhoras e cavalheiros, observei que entre as primeiras, em particular, predominava a moda inglesa. As casas das classes abastadas em Vila Rica estão bem melhor arranjadas e mobiliadas do que as vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, conservam uma ordem perfeita. Os leitos pareceram-me tão elegantes que os considerei dignos de descrição mais detalhada. As cabeceiras são de madeira fina, com caneluras ou esculpidas de maneiras diversas; os lados lisos, os pés de madeira ou de couro. O colchão era de algodão e os lençóis de linho muito fino, com barra de renda feita em casa [...]. Os travesseiros arredondados nas pontas e forrados com tafetá cobertos de fina musselina, ornada com renda, que engomada e delicadamente feita, dava aparência de luxo. A colcha, de damasco amarelo, ornada, assim como os lençóis e as fronhas, de renda larga. [...]. Excetuando as últimas novidades nesta peça da mobília, nunca vi leitos tão magníficos quanto os dos opulentos desta capitania (p.141).

Também sobre o arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, destacou aspectos importantes da sociabilidade dos mineiros, principalmente os banhos quentes que eram oferecidos aos viajantes “como meio de aliviar as dores causadas pelas fadigas do dia” e ainda afirmou que tais banhos eram “muito usados porque são tidos como muito eficazes na cura de resfriados recentes, incômodo a que os habitantes estão muito sujeitos por causa do clima” (Mawe, 1978, p.176). Entretanto, nem todos os estrangeiros apreciaram a hospitalidade mineira. O conde de Suzanet (1957), por exemplo, durante um jantar que lhe foi oferecido em Ouro Preto, queixou-se da falta de civilidade e da comida muito temperada e pouco digestiva. Também Saint-Hilaire (1938) fez algumas observações não muito agradáveis sobre o comportamento dos mineiros à mesa.

Os mineiros não costumam conversar quando comem. Devoram os alimentos com uma rapidez que, confesso, muitas vezes me desesperou, e quem se contentasse em assisti-los comer, tomá-los ia pelo povo da terra mais avaro de seu tempo. Depois da refeição, os comensais se levantam, juntam as mãos, inclinam-se, rendem graças, fazem o sinal da cruz e, em seguida, saúdam-se reciprocamente. Esse costume é, sem dúvida, respeitável; mas fica-se surpreso de ver o escravo que serviu a mesa juntar-se aos convivas, e agradecer a Deus um repasto em que não tomou parte (p.188).

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, um circuito turístico é o conjunto de “municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma identidade regional”.<sup>2</sup> Assim exposto,

<sup>2</sup> Disponível <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>, acesso em 9 SET 2013.

ressalta-se que a *mineiridade* é uma construção histórica e simbólica elaborada por uma elite intelectual e política que buscou no passado e nos relatos dos viajantes as suas bases, com o intuito de criar uma imagem regional. A hospitalidade mineira é uma de suas facetas e é repleta de significações imaginárias, representando aspectos específicos da sociabilidade ligada à cozinha e ao temperamento moderado do mineiro.

## **MODERNISTAS E O PATRIMÔNIO ENCONTRADO: TRADIÇÃO E AUTENTICIDADE**

Na passagem do século XIX para o século XX, as cidades mineiras foram sendo tratadas positivamente. Olavo Bilac considerou Ouro Preto como o coração do Brasil e reduto da nacionalidade brasileira. As localidades mineiras foram consideradas obra de arte por Diogo de Vasconcellos em 1911, nas comemorações dos 200 anos da Vila Rica, quando a cidade de Ouro Preto foi palco de um encontro de intelectuais e políticos, com direito a publicação de um livro sobre o bicentenário e um jantar público em plena Praça Tiradentes (Drummond, 2011).

Diversas viagens foram realizadas, verdadeiras expedições às cidades mineiras, principalmente a Ouro Preto, como a de Alceu de Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, futuro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN], no ano de 1916. Mário de Andrade visitou Minas Gerais pela primeira vez no ano de 1919 e ele “vai encontrar nas cidades mineiras ditas históricas, especialmente em Ouro Preto, São João Del Rei e Congonhas, exemplos ou modelos legítimos, originais, de uma autêntica manifestação autóctone” (Natal, 2007, p.196). Essa visão marcou o movimento modernista e os membros da caravana que visitou as cidades coloniais mineiras na Semana Santa de 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars. Após assistirem várias cerimônias religiosas nas igrejas barrocas, o grupo de visitantes passou a considerar as cidades mineiras como as representantes da expressão máxima da brasilidade. Em 1926, a visita do bacharel e “expoente dos antiquários tradicionalistas”, Gustavo Barroso (Bittencourt, 1999, p.123), foi importante para a cidade de Ouro Preto, resultando na “primeira proposta efetiva de criação de um órgão público encarregado da proteção ao patrimônio” (Castro, 1999, p.174), além de conseguir recursos públicos do governo mineiro e do Ministério da Aviação para restauração, sob a sua fiscalização, de bens na cidade, como algumas igrejas e a Casa dos Contos.

As cidades de Minas Gerais passaram a ser consideradas autênticas e as legítimas representantes de um passado colonial. Ao mesmo tempo, foram consideradas tradicionais por causa da manutenção desse passado. Nas primeiras décadas do século XX, os discursos de políticos, de arquitetos, de intelectuais e artistas oriundos de outros estados – aliados aos mineiros como Rodrigo Mello Franco, Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema, Diogo de Vasconcelos, Pedro Nava e Alphonsus de Guimaraens –, serviram para demonstrar a importância das cidades coloniais mineiras e, conseqüentemente, a necessidade de preservação do seu acervo (Braga, 2010). A busca da identidade nacional era uma das causas em voga e a valorização da arquitetura colonial setecentista, com destaque para as cidades mineiras com seu acervo barroco, foi o principal objetivo. Elas eram a representação genuína e primitiva do patrimônio brasileiro, com destaque para os seus aspectos de originalidade e autenticidade.

Ouro Preto se destacou entre as demais cidades e foi considerada uma ‘cidade viva’ e ao mesmo tempo conseguiu manter o passado quase intacto em seu grandioso acervo colonial barroco. Segundo Bandeira (1938), “não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. Morta é São João Del Rei. Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto” (p.41). Ouro Preto ficou estagnada após a transferência da capital da capital de Minas Gerais, até então ali localizada, para a antiga Curral del Rei, que se transformou em Belo Horizonte em 1897. Mas foi justamente por ficar parada no tempo e não ter se sucumbido ao ‘progresso’, como outras cidades, que seu núcleo urbano se preservou. O enaltecimento da cidade de Ouro Preto como depositária da História Nacional pode ser visto também no Guia de Ouro Preto (Bandeira, 1938), publicado pelo SPHAN:

Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Baía e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrabalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto à cidade do Salvador, o progresso, que tudo renova, fará com ela o que já fez com o velho Rio e o velho Recife (p.45).

A aclamação de Ouro Preto a transformou na cidade pioneira no tocante às questões do patrimônio histórico e, em 1926, foi criada no Estado de Minas Gerais a Inspetoria Estadual dos Monumentos Históricos. Em 1932, a cidade inovou novamente com o decreto do então prefeito João Velloso “proibindo a construção, no perímetro urbano, de prédios e edifícios em desacordo com suas características arquitetônicas” (Castro, 1999, p.175). Um ano depois, em 12 de julho de 1933, a cidade foi elevada à categoria de patrimônio nacional. Em 1936 foi criado o SPHAN, que consolidou a Lei de Tombamento, em 30 de novembro de 1937. A partir do SPHAN, a cidade de Ouro Preto foi pensada em seu conjunto e foi integralmente tombada e inscrita no livro de Belas-Artes, sob nº 39, folha 8, em 20 de abril de 1938. Já no final da década de 1930, a localidade passou por intervenções e restaurações, além da criação de uma estrutura, como a construção de hotéis modernos, caso do Grande Hotel de Ouro Preto, em 1938, uma vez que no final do século XIX, a cidade contava apenas com quatro estabelecimentos de hospedagem (Aguiar, 2013). Trata-se de obra planejada por Oscar Niemeyer, já visando o interesse turístico (Braga, 2010).

A construção de Ouro Preto como destino turístico também esteve diretamente ligada à atribuição do valor de ‘cidade-monumento’ e em diversos momentos observamos uma convergência de interesses entre as políticas preservacionistas e os projetos de desenvolvimento turístico da cidade, percebidos como a solução para muitos dos problemas que dizem respeito à salvaguarda do antigo conjunto urbano tombado em nível federal desde 1938 (Aguiar, 2013, p.189).

Também no ano de 1938, o SPHAN publicou o Guia de Ouro Preto, escrito por Bandeira (1938) e, segundo Lanari (2013), a publicação faz parte de um conjunto de ações do novo órgão, já abordando a questão do turismo, que passou a ser de grande importância para a cidade e a relação com o seu passado. Como a atividade turística ainda era incipiente no Brasil,

[...] a publicação era um misto de estudo memorialista e um guia propriamente dito [...] A política editorial foi uma das estratégias, que também incluíram a participação e organização de exposições. Portanto, objetivava-se não somente que o leitor visitasse de fato Ouro Preto, mas



sobretudo que se sensibilizasse diante da existência de uma cidade-monumento do passado colonial brasileiro. Aqui fica claro o objetivo pedagógico da publicação (Lanari, 2013, p.54-55)

O Guia foi dividido em dez seções:

1 - História; 2 - Vila Rica – Impressões de viajantes estrangeiros: Antonil, Mawe, Auguste Saint-Hilaire, Luccock, Walsh, Gardner, Castelnau, Millet de Saint-Adolphe, Burton; 3 - Ouro Preto: a cidade que não mudou, 4 - As Duas Grandes Sombras de Vila Rica; 5 - Passeios a pé no centro; 6 - Passeios de Automóvel; 7 - Monumentos Religiosos; 8 - Monumentos Civis; 9 - A Viagem para Ouro Preto; 10 - Várias Informações (Lanari, 2013, p.50)

Estava criada, então, a tradição da *mineiridade*. A imagem construída pelo tempo e transmitida entre gerações se converge em patrimônio dentro de uma cadeia de valores:

À Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas. Minas não é o Brasil. Mas está naturalmente fadada a ser o centro de gravidade do Brasil [...] Minas, enfim, é a Montanha, é o Centro, é o imã que atrai os brasileiros de todas as regiões, não só com aquela concentração geológica que faz das Gerais o mais rico centro telúrico de todo o Brasil, mas ainda aquele sortilégio afetivo, que o clima de Minas, o silêncio das cidades, o ritmo tranquilo de sua vida, a hospitalidade do seu coração e a palpitação humana de suas inteligências derramam em todos os corações (Lima, 1944, p.124 *apud* Reis, 2007, p.95)

Segundo Castro (1999), no “final da década de 1977, já era evidente que parte do valor paisagístico que havia dado significado à cidade colonial se encontrava ameaçado, ou até mesmo perdido” (p.183). Entretanto, Ouro Preto ainda manteve o pioneirismo por meio das ações do Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional [IPHAN], com o objetivo de inscrever a cidade como Patrimônio Mundial na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO]. No ano de 1980, durante a 4ª Sessão do Comitê do Patrimônio Cultural, realizada em Paris entre os dias 1 e 5 de setembro, Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira inscrita na Lista do Patrimônio Mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso que embasou a mitologia da *mineiridade* pertence à memória de identificação coletiva existente em Minas Gerais como patrimônio herdado do passado colonial. Determinados atributos particulares aos mineiros são reconhecidos como inerentes a sua identidade. Existe um mito sobre seu perfil, criando diversas imagens que foram sendo construídas através dos tempos e podem ser traduzidas por hospitalidade, moderação, introspecção e equilíbrio. As características do mineiro teriam sido influenciadas também pelo espaço físico e as montanhas seriam responsáveis pela criação do espírito moderador (Arruda, 1990).

Segundo Gonçalves (2007) as cidades históricas de Minas passaram a ser visualizadas pelos ideólogos do patrimônio em termos de uma relação metonímica com o passado e a identidade brasileira. Desta forma, os circuitos que foram sendo elaborados, constituem ‘produtos marcados pela brasilidade’, o que, segundo o Ministério do Turismo, corresponde a um aspecto importante no processo de roteirização, fundamental para a diversificação da oferta turística e

da inserção de produtos variados e comercialmente viáveis no mercado (*apud* Almeida, 2006). O sentido da identificação do mineiro com a cultura regional acontece por meio de valores que fazem parte das memórias coletivas. Tudo isso forma expressões que reforçam a cultura da mineiridade e esse aspecto tem se transformado também em atrativo turístico, ou pelo menos, tal tem sido usado em estratégias de marketing.

A criação dos circuitos das *idades históricas* mineiras foi conduzida por um processo de construção de lugares de memória, utilizando-se daquelas localidades coloniais que já tinham sido escolhidas como representantes da história mineira. Entretanto, muitas dessas cidades passam por um dilema: enquanto grande parte de seu acervo histórico ou do patrimônio material se perde, há uma tentativa de recuperar o que ainda resta e também de salvaguarda do patrimônio cultural intangível e de valorização das paisagens naturais, com o objetivo de atrair mais visitantes. Reconhecer um espaço como turístico é uma construção histórica e cultural. Dessa forma, na rota cotidiana das cidades mineiras coloniais transparece a vivência, os símbolos e a memória de homens e mulheres de épocas diversas. O processo de dar sentido e significado a coisas e costumes de diferentes épocas possibilita uma narrativa que orienta o turista em sua busca por prazeres e na fuga do cotidiano. Ao turista cabe captar o que foi iluminado do passado, bem como suas sombras, para poder alcançar a fruição.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. B. (2013). Cidade morta, cidade monumento, cidade turística. In: Castro, C.; Guimarães, V. L. & Magalhães, A. M. (orgs). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Arruda, M. A. (1990). *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Bandeira, M. (1938). *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: SPHAN.
- Barbosa, D. H. et.al. (2008). A câmara municipal de Mariana e o patrimônio histórico (1900-2007). In: Chaves, C. M.; Magalhães, S. M. & Pires, M. C. *Casa de Vereança de Mariana*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 168-182.
- Benjamin, W. (1989). *Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Bittencourt, J. N. (1999). Ouro Preto, nossa Roma: Antiquários e tradições numa trajetória de preservação. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto, 5(4), 123-138.
- Braga, V. M. (2010). [Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto](#). (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.
- Burton, R. (1976). *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Castro, A.H. F. (1999). Ouro Preto, Monumento da Humanidade. In: *Oficina do Inconfidência*. Ouro Preto, 5(4): 173-186.
- Cooper, C., Fletcher, J. & Wanhill, S. (2001). *Turismo, princípios e Prática*. Porto Alegre: Bookman.

- Drummond, M. F. S. I. (2011). *Ouro Preto cidade em três séculos: Bicentenário de Ouro Preto, memória histórica*. Ouro Preto: Liberdade.
- Friero, E. (1982). *Feijão, Angu e Couve*. São Paulo, Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia.
- Funari, P. P. & Pinsky, J. (2003). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto.
- Gonçalves, J. R. S. (2003). O patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, R. & Chagas, M. (org.). *Memória e patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 25-33.
- Gonçalves, J. R. 2007. [Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios](#). Rio de Janeiro: Garamond.
- Halfeld, H. G. F. & Tschudi, J. J. (1998). *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Lanari, R. A. O. (2013). [A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira](#). *Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, 6(1), 48-58.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Campinas: São Paulo.
- Lima, A. (1983). *A Voz de Minas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Luccock, J. (1975). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp.
- Magalhães, S. M. & Pires, M. C. (2008). Patriazinha: a formação da identidade do mineiro. *Revista Área Domeniu*, 3, 187-203.
- Mawe, J. (1978). *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp.
- Meneses, J. N. C. (2004). *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Natal, C. M. (2007). [Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação](#). *História Social*, 13, 193–207
- Nora, P. (1993). [Entre memória e História. A problemática dos lugares](#). *Projeto História* 10, 7-28.
- Reis, L.M. (2007). [Mineiridade: identidade regional e ideologia](#). *Cadernos de História*, 9(11), 89-97.
- Saint-Hilaire, A. (1938). *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Brasiliana, t.1.
- Spix & Martius. (1978). *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp.
- SETUR-MG. Secretaria de Turismo de Minas Gerais. (s.d.) [Circuitos turísticos – informações administrativas](#).
- Suzannet, C. (1957). *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante.

Valeri, R. (1987). A Alimentação. *Enciclopédia Einaudi*, Homo - Domesticação Cultura Material. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 16, 191-209.

**Recibido: 21 ABR 2017**

**Avaliado: MAI**

**Aceito: 26 JUN 2017**

